



Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS DE CAMAÇARI	
Folha	1 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES			Revisão: 04
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:				Data Revisão	Jun/2026
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:				Vigência	Jun/2027
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		() Original () Cópia Nº ____	Cópia:	() Controlada () Não Controlada	
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26					

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1) DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), ao Provimento CNJ nº 149/2023, ao Provimento CNJ nº 213/2026 e às demais normas aplicáveis, a presente Política de Privacidade e de Cookies, destinada a orientar os titulares de dados pessoais acerca das principais atividades de tratamento realizadas pelo Tabelionato de Protesto da Comarca de Camaçari, dos direitos assegurados pela legislação vigente e das medidas de governança adotadas para a proteção das informações sob sua responsabilidade.


As serventias extrajudiciais estão sujeitas a um regime híbrido de tratamento de dados pessoais, pois exercem privativamente uma função pública, em regime de delegação (art. 236 CF). Enquanto a atividade fim da serventia está sujeita ao regime público do art. 23, §4º da LGPD, o gerenciamento administrativo e financeiro da serventia é nitidamente privado.

Desse modo, o TABELIONATO DE PROTESTO DA COMARCA DE CAMAÇARI interage com diferentes tipos de usuários em diferentes circunstâncias, que podem implicar em tratamento de dados pessoais, dentre eles:

- **Atendimento presencial dos usuários do Tabelionato de Protesto** - Dados pessoais são fornecidos diretamente pelo usuário no atendimento em balcão para que sejam realizados os serviços a cargo da serventia.
- **Atendimento remoto dos usuários do Tabelionato de Protesto por intermédio da Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENPROT) e da Central de Remessa de Arquivos - CRA (art. 41-A da Lei 9.492/97 e Código de Normas do Tribunal de Justiça da Bahia)** - Dados pessoais são fornecidos diretamente pelo usuário por intermédio da CENPROT e da CRA para a prestação dos serviços de forma remota pelo tabelionato de protesto de títulos e de outros documentos de dívida, consoante previsão legal e normativa de regência.
- **Prepostos, candidatos e prestadores de serviços** - No contexto de relações de trabalho, prestação de serviços ou de atividades de recrutamento, quando atuar enquanto empregador ou potencial empregador ou contratante de serviços, dados pessoais poderão ser tratados para fins de comunicação, recrutamento, manutenção de banco de currículos e/ou cumprimento de obrigações trabalhistas e fiscais.

Em observância ao disposto no art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), no art. 88 do Provimento CNJ nº 149/2023 e nas disposições do Provimento CNJ nº 213/2026, o Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Camaçari torna pública a identidade do seu Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), responsável por atuar como canal de comunicação entre a serventia, os titulares de dados pessoais, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais autoridades competentes:

Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO): André Luiz Cruz dos Santos

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS DE CAMACARI	
Folha	2 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES			Revisão: 04
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:				Data Revisão	Jun/2026
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:				Vigência	Jun/2027
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		() Original () Cópia Nº ____	Cópia:	() Controlada () Não Controlada	
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26					

E-mail para contato: encarregado.protestocamacari@gmail.com

Os titulares de dados pessoais poderão encaminhar solicitações, pedidos de esclarecimentos, reclamações ou requerimentos relacionados ao tratamento de dados pessoais por intermédio do canal acima indicado.

A designação formal do Encarregado encontra-se registrada em ato interno próprio da Serventia.

O website poderá disponibilizar links para páginas, plataformas ou serviços de terceiros, exclusivamente com a finalidade de facilitar o acesso do usuário a informações ou funcionalidades complementares. Tais ambientes possuem regras próprias de utilização, privacidade e proteção de dados recomenda-se que o usuário consulte as respectivas políticas e condições de uso antes de fornecer informações pessoais ou utilizar os serviços disponibilizados por terceiros.

2) DOS CONCEITOS LEGAIS:

Titular: Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), é a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

Dado Pessoal: De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), toda informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável é considerada dado pessoal. Informações como RG, CPF, endereço, contatos de telefone e e-mail se enquadram nesse conceito, bem como aquelas que, quando combinadas, produzem como resultado a identificação de um indivíduo.

Dado Pessoal Sensível: O dado pessoal sensível é aquele que trata sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual; e dado genético ou biométrico.



Dado Anonimizado: Trata-se de informação que perde a possibilidade de vinculação com seu titular, a partir da utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis para impossibilitar a associação entre o dado e o seu proprietário, seja de forma direta ou indireta.

Dado Pseudonimizado: O dado pseudonimizado é aquele que passou por processo com o fito de impossibilitar sua associação com o seu titular, sendo mantida pelo controlador separadamente, em ambiente controlado e seguro

Controlador: Trata-se da pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Co-controlador: Haverá co-controladores, quando dois ou mais responsáveis pelo tratamento determinarem conjuntamente as finalidades e os meios do tratamento de dados pessoais.

Operador: a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO			
Folha	3 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES			
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:					Revisão: 04
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:					Data Revisão Jun/2026 Vigência Jun/2027
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		<input type="checkbox"/> Original <input type="checkbox"/> Cópia Nº ____	Cópia: <input type="checkbox"/> Controlada <input type="checkbox"/> Não Controlada		
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26					

Suboperador: É aquele contratado pelo operador para auxiliá-lo a realizar o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): Nos termos do art. 55-A da LGPD, trata-se de autarquia de natureza especial vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, dotada de autonomia funcional, técnica, decisória, administrativa e financeira, com patrimônio próprio e com sede no foro no Distrito Federal, nos termos da [Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019](#).

Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD); ([Redação dada pela Lei nº 15.352, de 2026](#))

3) DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E DOS PRINCÍPIOS LEGAIS:

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, tratamento é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

O tratamento de dados pessoais realizado por esta serventia observa os princípios contidos na LGPD, os quais seguem listados abaixo:

Finalidade: O tratamento dos dados deve ser realizado para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.



Adequação: Deve haver compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto da sua realização.

Necessidade: O titular dos dados tem direito à limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.

Livre Acesso: Deve ser garantida ao titular a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais. Tal direito, contudo, é limitado nas situações em que o acesso é vinculado ao pagamento de emolumentos, nos termos do Art 30, incisos VIII e X da Lei nº 8.935/94 (Lei dos Notários e Registradores).

Qualidade dos Dados: O titular tem o direito à exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento

Transparência: O titular tem direito a informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS DE CAMACARI	
Folha	4 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES			Revisão: 04
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:				Data Revisão	Jun/2026
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:				Vigência	Jun/2027
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		() Original () Cópia Nº ____	Cópia:	() Controlada () Não Controlada	
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26					

Segurança: Os agentes de tratamento devem prezar pela utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

Prevenção: Deve-se prezar pela adoção de medidas para prevenção à ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

Não discriminação: É vedada a realização de tratamento de dados pessoais para fins discriminatórios ilícitos ou abusivo.


Responsabilização e Prestação de Contas: O agente de tratamento deve demonstrar a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

4) DAS BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais estabelece um rol taxativo de bases legais que legitimam o tratamento, dentre elas:

- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- Pela administração pública e serventias extrajudiciais (art. 23, §4º da LGPD), para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;
- Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- Para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente;
- Mediante expresso, livre e inequívoco consentimento do titular;
- Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Os serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos (Art. 1º da Lei nº 8.935/1994). A base legal que ampara tratamento de dados pessoais para cumprimento da finalidade supramencionada, portanto, é o cumprimento de obrigação legal (Art. 7º, II e Art. 23, caput e §4º da Lei 13.709/2018).

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO			
Folha	5 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES			Revisão: 04
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:				Data Revisão	Jun/2026
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:				Vigência	Jun/2027
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		<input type="checkbox"/> Original <input type="checkbox"/> Cópia Nº ____	Cópia:	<input type="checkbox"/> Controlada <input type="checkbox"/> Não Controlada	
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26					

Outras operações de tratamento de dados pessoais poderão ser fundamentadas em uma ou mais hipóteses dentre as elencadas acima e a finalidade de sua realização será explicitada de forma clara ao titular.

No tocante ao tratamento realizado com base no legítimo interesse, este poderá se dar sem o consentimento do titular para atendimento de finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a: apoio e promoção de atividades do controlador e proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais.

Dentre os interesses legítimos desta serventia no tratamento de dados pessoais, encontram-se os de:

- Prestar, fornecer, manter, desenvolver, aprimorar, divulgar e ampliar a utilização dos nossos serviços;
- Personalizar a experiência e utilização dos nossos serviços pelo usuário, inclusive para o fornecimento de informações relativas à prestação destes serviços;
- Gerar análises e relatórios estatísticos sobre o funcionamento e operação dos nossos serviços;
- Possibilitar o contato com o usuário a respeito do andamento dos serviços que estão sendo prestados;
- Disponibilizar e melhorar mecanismos de segurança e monitoramento dos nossos serviços;
- Detectar e impedir a utilização dos serviços para propósitos fraudulentos ou que visem alterar as funcionalidades ou a prática de abusos e atos ilegais contra o usuário;

5) DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS E SUAS FINALIDADES

Dados do acervo dos serviços de protesto: São as informações fornecidas pelo usuário à serventia extrajudicial territorialmente competente a fim de que seja realizada a prestação dos serviços de protesto, bem como as informações que já integram o acervo do Tabelionato (art. 7º, §4º LGPD c/c art. 3º da Lei nº 9.492/1997, leis especiais de título de crédito, Código Civil e demais legislação de regência, atos editados pelo Conselho Nacional de Justiça e Código de Normas do Tribunal de Justiça do TJBA, tais como nome, endereço, documento de identificação, requerimentos, instrumentos particulares, referência a documentos arquivados na serventia, dentre outros. A base legal para o tratamento de tais dados é o **cumprimento de obrigação legal**.

Dados de identificação e comunicação (solicitante, interessado no registro, titular de dados pessoais): Nome completo, endereço, e-mail, telefone, documento de identificação. A base legal para o tratamento de tais dados depende do tipo de atividade de tratamento pretendida (privacidade contextual), podendo ser **cumprimento de obrigação legal, legítimo interesse, execução de contrato, etc.**

Dados financeiros e de pagamento: São as informações pessoais necessárias para que possamos realizar o serviço prestado, incluindo seu CPF, endereço, informações bancárias (e.g. número da agência e da conta corrente), número do cartão de crédito, dentre outros. Os dados financeiros e de pagamento são tratados para o fornecimento de produtos e/ou serviços, manutenção de arquivos, cumprimento de obrigações legais e

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO			
Folha	6 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES			Revisão: 04
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:				Data Revisão	Jun/2026
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:				Vigência	Jun/2027
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		() Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada		
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26					

normativas (como, por exemplo, art. 19, § 2º, da Lei 9.492/97, Provimento do CNJ e Código de Normas do TJBA). A base legal para o tratamento de tais dados é o **cumprimento de obrigação legal**.



Dados de funcionários: Nome completo, inclusive o nome social; data de nascimento; número e imagem da Carteira de Identidade (RG); número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); número e imagem da Carteira Nacional de Habilitação (CNH); fotografia 3x4; estado civil; idade; nível de instrução ou de escolaridade; endereço completo; número de telefone e endereço de correio eletrônico (e-mail); nome de usuário e senha específicos para uso dos serviços da Entidade Empregadora; comunicação mantida entre colaborador e serventia; atestados médicos, dentre outros. A base legal para o tratamento de tais dados é a **execução de contrato**.

Dados de identificação digital: São informações geradas automaticamente, quais sejam, as características do dispositivo de acesso, as características do navegador, o Protocolo de Internet (IP, data e hora), as telas da Central acessadas, os registros de acesso à Central, os dados de geolocalização, histórico das solicitações realizadas. Para tal coleta, a serventia poderá fazer uso de algumas tecnologias padrões, como cookies, que são pequenos arquivos de texto que um site, quando visitado, coloca no computador do usuário ou no seu dispositivo móvel, por navegador de internet (browser). Todos os navegadores permitem ao utilizador aceitar, recusar ou apagar cookies, em sua aba de configurações. Ao desativar cookies, porém, o usuário pode impedir que alguns serviços da web funcionem corretamente, afetando, parcial ou totalmente, a navegação no website. Os dados técnicos sobre o computador/dispositivo móvel são tratados para identificação de usuários no meio digital e prevenção a fraudes. A base legal para o tratamento de tais dados é o **cumprimento de obrigação legal**, especificamente as estipuladas no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

6) DAS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DESENVOLVIDAS PELA SERVENTIA:

O tabelionato observará os prazos contidos na LGPD, no Provimento 149/2023 e 213/2026 do CNJ, na Tabela de Temporalidade, no CNP-BA e demais normas de regência para a atividade de tratamento, dados tratados, base legal e duração do tratamento, podendo ser mencionados os seguintes:

ATIVIDADE DE TRATAMENTO	DADOS TRATADOS	BASE LEGAL	DURAÇÃO DO TRATAMENTO
-------------------------	----------------	------------	-----------------------

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS DE CAMACARI	
Folha	7 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES			Revisão: 04
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:				Data Revisão	Jun/2026
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:				Vigência	Jun/2027
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável				() Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26					

Atendimento presencial do Usuário do Tabelionato de Protesto	Dados do acervo dos serviços de protesto; Dados de identificação e comunicação; Dados financeiros.	Cumprimento de obrigação legal (Lei nº 8.935/1994 e Lei nº 9.492).	A depender do ato, nos termos do art. 35 da Lei 9.492, do Provimento 50/2015 e do Provimento 149/2023 do CNJ. Vide também art. 133, § 2, do Prov. 149/2023.
Atendimento eletrônico do Usuário Remoto do Tabelionato de Protesto	Dados do acervo dos serviços de protesto; Dados de identificação e comunicação; Dados financeiros.	Cumprimento de obrigação legal (Lei nº 8.935/1994 e Lei nº 9.492).	A depender do ato, nos termos do art. 35 da Lei 9.492/97, dos Provimentos 50/2015 e 149/2023 do CNJ. Vide também art. 133, § 2, do Prov. 149/2023.
Comunicação à COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo)	Dados do acervo dos serviços de protesto; Dados de identificação e comunicação; Dados financeiros; Outros dados do beneficiário final.	Cumprimento de obrigação legal (Provimento 161/2024 – que altera o Provimento 149/2023 do CNJ – art. 137 e seguintes.	Mínimo de 05 anos (nos termos do art. 173 do Provimento 149/2023 do CNJ). Vide também art. 133, § 2, do Provimento 149/2023.
Gestão de Relações Laborais	Dados de funcionários; Dados financeiros e de pagamento;	Execução de contrato; Cumprimento de obrigação legal (CLT);	Até 10 anos após extinção do contrato (em atendimento a prazos prescricionais). Vide também art. 133, § 2, do Provimento 149/2023.
Análise de currículos e recrutamentos	Dados de identificação e comunicação; Currículos.	Consentimento.	Até 05 anos ou até a oposição do titular. Vide também art. 133, § 2, do Provimento

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO			
Folha	8 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES			Revisão: 04
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:				Data Revisão	Jun/2026
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:				Vigência	Jun/2027
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável				<input type="checkbox"/> Original <input type="checkbox"/> Cópia Nº ____	Cópia: <input type="checkbox"/> Controlada <input type="checkbox"/> Não Controlada
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26					

			149/2023.
Gestão de Prestadores de Serviços	Dados de identificação e comunicação; Dados financeiros e de pagamento.	Execução de contrato; cumprimento de obrigação legal.	Até 10 anos após extinção do contrato (art. 133, § 2, do Provimento 149/2023).
Controle de Acesso às Instalações da Serventia	Senha individual do alarme de serviço de segurança.	Execução de contrato (funcionários).	Durante a vigência do contrato de trabalho ou quando autorizado pela Titular.
Sistema de Videovigilância	Imagens de funcionários e visitantes.	Legítimo Interesse (segurança).	15 dias. Vide também art. 133, § 2, do Provimento 149/2023.
Atendimento de Solicitações dos Titulares de Dados Pessoais pelo Encarregado	Dados de identificação e comunicação;	Cumprimento de obrigação legal (Lei 13.709 – LGPD)	Enquanto perdurar responsabilidades de tratamentos conexos. Vide também art. 133, § 2, do Provimento 149/2023.
Atendimento Geral (Sugestões/Reclamações)	Dados de identificação e comunicação.	Legítimo Interesse (melhoria dos serviços).	Enquanto perdurar responsabilidades de tratamentos conexos. Vide também art. 133, § 2, do Provimento 149/2023.

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO			
Folha	9 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES			Revisão: 04
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:				Data Revisão	Jun/2026
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:				Vigência	Jun/2027
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		<input type="checkbox"/> Original <input type="checkbox"/> Cópia Nº ____	Cópia: <input type="checkbox"/> Controlada <input type="checkbox"/> Não Controlada		
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26					

Cookies do Website	Dados de identificação digital.	Cumprimento de obrigação legal. Consentimento (hipótese de cookies não essenciais, tais como cookies de publicidade)	06 meses, na forma do art. 15 da Lei nº 12.965. Vide também art. 133, § 2, do Provimento 149/2023.
---------------------------	---------------------------------	---	--

7) POLÍTICA DE COOKIES



Cookies são pequenos arquivos de texto pequenos colocados no dispositivo do usuário, os quais podem ser coletados posteriormente por servidores Web no domínio que os colocou. É possível escolher quais cookies serão utilizados durante a navegação, sendo assim a base legal para o tratamento de dados pessoais, neste caso, é o **consentimento do titular**. No caso dos cookies utilizados para identificação digital conforme preceituado pelo art. 15 do Marco Civil da Internet, a base legal para o tratamento **é cumprimento de obrigação legal**.

Cookies de sessão: Cookies que são utilizados “na sessão”, a cada vez que o usuário visita o website, expirando em seguida, quando este o deixa. Esses cookies não são armazenados no dispositivo permanentemente e ajudam a minimizar a necessidade de transferir dados pessoais pela internet. Eles também podem ser excluídos ou ter a permissão de uso recusada pelo usuário, contudo, tais ações prejudicarão o desempenho e a sua experiência no uso do website. Os cookies também utilizam registros de hora de acesso e saída da página web.

Cookies de rastreamento: Cookies que permitem o reconhecimento de visitantes que retornam à página do website da serventia. Ao combinar um identificador anônimo gerado aleatoriamente, o cookie de rastreamento mantém o controle sobre o local de onde veio o usuário do site, o mecanismo de busca que pode ter usado, o link em que clicou, a senha usada e sua localização geográfica ao acessar a página.

Cookies persistentes: Cookie que é salvo no dispositivo do usuário por um período fixo (às vezes, por algumas horas, outras, por um ano ou mais) e não é excluído ao encerrar o navegador. Os cookies persistentes são utilizados quando o website precisa lembrar quem é o visitante por mais de uma sessão de navegação. Esse tipo de cookie pode ser usado para armazenar preferências, para que sejam lembradas em uma próxima visita ao site.

Cookies analíticos ou de desempenho: Cookies de desempenho são utilizados para melhorar a sua experiência no uso do website. Esses cookies ajudam a serventia a adaptar o conteúdo do website para refletir o que os usuários consideram mais interessante e identificar quando surgem problemas técnicos com as

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS DE CAMACARI	
Folha	10 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES			Revisão: 04
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:				Data Revisão	Jun/2026
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:				Vigência	Jun/2027
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		() Original () Cópia Nº ____	Cópia:	() Controlada () Não Controlada	
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26					

páginas relacionadas aos serviços ofertados. Esses dados também podem ser utilizados para compilar relatórios que nos ajudam a analisar como as páginas são utilizadas, quais são os problemas mais comuns e como podemos melhorá-las.

Os dados e os registros de atividades porventura coletados no website da serventia serão armazenados em ambiente seguro e controlado, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, nos termos do Marco Civil da Internet (art. 15).

Desativar Cookies: É possível impedir a atuação de alguns cookies por meio das configurações do navegador (consulte a função “Ajuda” do seu navegador web para saber como). No entanto, esteja ciente que a eventual desativação de algum cookie poderá afetar a funcionalidade deste e de outros sites que você visita. A desativação de cookies possivelmente resultará em um mau funcionamento do website desta serventia.

8) DOS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais tem a autodeterminação informativa como fundamento no tocante aos direitos dos titulares (art. 2º, II, e art. 18 da LGPD). Entende-se por autodeterminação informativa a possibilidade do titular de compreender e influenciar, sujeito às determinadas restrições legais, os tratamentos que são realizados com os seus dados pessoais, conferindo transparência a estas operações.

Nem todos os direitos previstos no art. 18 da LGPD poderão ser exercidos perante o acervo público da serventia extrajudicial, em razão das peculiaridades desse acervo e da incidência das regras específicas do microsistema registral e notarial.

Esta serventia, no contexto de suas atividades legais de tratamento de dados pessoais, reforça o seu compromisso de respeito aos direitos dos titulares, sendo estes:

- **Confirmação da existência de tratamento (Art. 18, I, LGPD)**

O titular de dados pessoais poderá questionar, junto a esta serventia, se há realização de operações de tratamento relativas a dados pessoais seus, por meio do Canal de Atendimento com o Encarregado.

A confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais serão providenciados, mediante requisição do titular, a qual deve ser formulada em formulário (físico ou eletrônico), sendo garantida a gratuidade da solicitação.

- **Acesso aos dados (Art. 18, II, LGPD)**

O titular de dados pessoais poderá solicitar informações acerca dos dados pessoais tratados pela serventia, bem como requerer acesso aos dados cujo fornecimento seja legalmente cabível, observadas as limitações previstas na legislação aplicável, na regulamentação do Conselho Nacional de Justiça e na natureza pública do acervo extrajudicial.

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS DE CAMACARI	
Folha	11 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES			Revisão: 04
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:				Data Revisão	Jun/2026
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:				Vigência	Jun/2027
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		() Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada		
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26					

Nos termos do art. 98 do Provimento 149/2023 do CNJ, a gratuidade do livre acesso dos titulares de dados ([art. 6.º, IV, da LGPD](#)) será restrita aos dados pessoais constantes nos sistemas administrativos da serventia, não abrangendo os dados próprios do acervo registral e não podendo, em qualquer hipótese, alcançar ou implicar a prática de atos inerentes à prestação dos serviços notariais e registrais dotados de fé-pública. A expedição de certidões deverá ser exercida conforme a legislação específica registral e notarial e as taxas e os emolumentos cobrados conforme regulamentação própria.

O titular de dados pessoais poderá solicitar e receber uma cópia de todos os eventuais dados pessoais coletados e armazenados, salvo determinação legal em sentido contrário. Dados do acervo dos serviços de protesto sujeitam-se às disposições da legislação aplicável, que podem vincular o direito de acesso ao pagamento dos emolumentos devidos, nos termos do Art. 30, Incisos VIII, da Lei nº 8.935/94 (Lei dos Notários e Registradores).

- **Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados (Art. 18, III, LGPD):**

O titular de dados pessoais poderá requisitar a correção de dados que estejam incompletos, inexatos ou desatualizados. Dados do acervo dos serviços de protesto sujeitam-se às disposições da legislação aplicável, que podem vincular o direito de correção ao pagamento dos emolumentos devidos, nos termos do Art. 30, Incisos VIII, da Lei nº 8.935/94 (Lei dos Notários e Registradores), não sendo devido o pagamento apenas nos casos em que a retificação decorra de erro imputável ao Tabelião (art. 25 da Lei 9.492/97).

- **Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou desconformes com a LGPD (Art. 18, IV, LGPD):**

Dados dos Tabelionatos de Protestos, por seu interesse público, em regra, não poderão ser anonimizados, bloqueados ou eliminados, salvo os casos autorizados em lei ou ato normativo, sob pena de comprometer o arquivo público destinado a conferir cognoscibilidade aos direitos.

Ressalta-se, no entanto, que sempre que possível, os dados utilizados em pesquisas jornalísticas, científicas ou afins, serão anonimizados.

- **Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto**

De acordo com o art. 18, V, da LGPD, portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial; ([Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019](#))O titular de dados pessoais poderá requisitar que seus dados pessoais sejam disponibilizados a outro fornecedor de serviço ou produto, respeitados o segredo comercial e industrial da instituição, bem como os limites técnicos de sua infraestrutura.

A orientação adotada pelas Corregedorias Geral de Justiça do Estado da Bahia também é a de que “os responsáveis pelas delegações dos serviços extrajudiciais de protesto e de registro não se equiparam a

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO				
Folha	12 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES				
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:					Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:					Data Revisão	Jun/2026
		Vigência	Jun/2027			
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		() Original () Cópia Nº ____	Cópia:	() Controlada () Não Controlada		
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26						

fornecedores de serviços ou produtos para efeito de portabilidade de dados pessoais” (Art. 22 do Provimento Conjunto nº 03/2021 CGJ-CCI TJ-BA).

- **Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular (Art. 18, VI, LGPD)**

O titular de dados pessoais poderá requisitar a exclusão de dados pessoais tratados nesta serventia, que não procederá com a eliminação apenas se houver um motivo legítimo para a sua manutenção (Art. 16 LGPD), como eventual obrigação legal de retenção de dados.

Na hipótese de eliminação, a serventia se reserva o direito de escolher o procedimento de eliminação empregado, comprometendo-se a utilizar mecanismo que evite a recuperação dos dados.

Títulos e documentos de dívida ainda protestados não poderão ser eliminados (salvo autorização judicial legal ou normativa), por constituírem dados tornados manifestamente públicos pelo titular, considerando a própria publicidade que se espera dos serviços para a constituição de direitos, aos quais se dispensa a coleta de consentimento (art. 7º, §4º, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais c/c art. 2º da Lei nº 9.492/1997).

A eliminação observará as leis e atos normativos de regência para cada caso concreto.

- **Informação das entidades públicas e privadas com as quais esta serventia realizou o uso compartilhado de dados (Art. 18 VII, LGPD).**

O titular de dados pessoais, salvo disposição legal em sentido contrário, possui o direito de saber com quais entidades públicas e privadas esta serventia pode realizar o compartilhamento de dados, o que é informado por meio desta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

- **Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa (Art. 18, VIII, LGPD);**

Sempre que a coleta de dados de determinado serviço esteja amparada no consentimento, o titular de dados pessoais será informado sobre a possibilidade de não fornecer consentimento. Em determinados casos, a negativa do consentimento poderá implicar na impossibilidade de prestação de determinados serviços, e a serventia indicará tais casos e suas consequências.

- **Revogação do consentimento (Art. 18, IX, LGPD)**

Dados do acervo dos serviços de protesto são dados tornados manifestamente públicos pelo titular, considerando a própria publicidade que se espera dos serviços notariais e de registro para a constituição de direitos, aos quais se dispensa a coleta de consentimento (art. 7º, §4º da Lei Geral de Proteção de Dados c/c art. 5º do Provimento Conjunto CGJ-CCI nº 03/2021 do TJ-BA).

O titular de dados pessoais poderá revogar o consentimento concedido a determinadas operações de tratamento, hipótese que não afetará a legalidade de qualquer tratamento realizado antes da revogação

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS DE CAMAÇARI		
Folha	13 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES				
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:					Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:					Data Revisão	Jun/2026
		Vigência		Jun/2027		
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		() Original () Cópia Nº ____	Cópia:	() Controlada () Não Controlada		
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26						

do consentimento. Em determinados casos, a revogação poderá implicar na impossibilidade de prestação de determinados serviços, esta serventia indicará quais serviços podem ser descontinuados.

9) DA ELIMINAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O pedido de exclusão dos dados e interrupção do tratamento será acatado na medida do possível legal. A LGPD, o Provimento CNJ 50/2015, o Provimento 149/2023 e 213/2026 do CNJ, o CNP-BA e outras normas de regência impõem que algumas informações permaneçam sempre públicas, de modo que haverá, tão-somente, a exclusão das informações tratadas para algumas das finalidades expressas nesta Política.

Os dados coletados por esta serventia serão excluídos nas seguintes situações:

- Quando a finalidade para a qual a informação foi coletada tenha sido alcançada ou quando o dado deixar de ser necessário ou pertinente para o alcance desta finalidade, conforme descrito nesta Política;
- Quando da revogação do consentimento por parte do Titular, nos casos em que este se faça necessário;
- Mediante determinação da autoridade competente para tanto;
- Nos casos previstos em lei ou ato normativo.


Os dados pessoais poderão ser conservados por esta serventia, contudo:

- Para cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- Para estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- Para transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD;
- Para cumprir obrigação legal ou normativa.

10) DO COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

O compartilhamento de dados pessoais está descrito na LGPD, no Provimento 149 do CNJ e no Mapeamento das Atividades de Tratamento desta serventia, em cumprimento à referidas normas

Dados do Tabelionato de Protesto, portanto, serão compartilhados em cumprimento a obrigações legais e/ou normativas.

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO			
Folha	14 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES			Revisão: 04
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:				Data Revisão	Jun/2026
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:				Vigência	Jun/2027
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável				() Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26					

11) TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS


Segundo a LGPD, a transferência internacional de dados pessoais somente será permitida nos seguintes casos (art. 33 e seguintes da LGPD):

- Para países ou organismos internacionais com grau de proteção de dados pessoais adequado;
- Quando o controlador oferecer e comprovar garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular e do regime de proteção de dados previstos na LGPD, na forma de: cláusulas contratuais específicas para determinada transferência, cláusulas-padrão contratuais, normas corporativas globais, selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos;
- Quando a transferência for necessária para a cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, de investigação e de persecução, de acordo com os instrumentos de direito internacional;
- Quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- Quando a autoridade nacional autorizar a transferência;
- Quando a transferência resultar em compromisso assumido em acordo de cooperação internacional;
- Quando a transferência for necessária para a execução de política pública ou atribuição legal do serviço público;
- Quando o titular tiver fornecido o seu consentimento específico e em destaque para a transferência, com informação prévia sobre o caráter internacional da operação, distinguindo claramente esta de outras finalidades;
- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- Para exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

A transferência internacional de dados pessoais será realizada por esta serventia com fundamento nas bases indicadas nesta Política e nos termos da legislação vigente.

12) DAS BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Em conformidade com os princípios da LGPD e com as boas práticas de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, esta serventia busca assegurar que os dados pessoais coletados são tratados de forma íntegra e segura, de acordo com padrões de segurança da informação, confidencialidade e integridade pelo

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO			
Folha	15 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES			Revisão: 04
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:				Data Revisão	Jun/2026
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:				Vigência	Jun/2027
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável				<input type="checkbox"/> Original <input type="checkbox"/> Cópia Nº ____	Cópia: <input type="checkbox"/> Controlada <input type="checkbox"/> Não Controlada
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26					

tempo for necessário para realizar as finalidades para as quais foram coletados ou para cumprir com os requerimentos legais aplicáveis.

Dados utilizados pelo Tabelionato sujeitam-se ainda às disposições da LGPD, do Provimento 149/2023 e 213/2026 do CNJ, das normas no CNP-BA e demais regras pertinentes, que versam sobre os requisitos de tecnologia da informação das serventias extrajudiciais. Por isso, esta serventia adota sistemas de videovigilância, controles de acesso em suas instalações, unidade de alimentação ininterrupta (*nobreak*), refrigeração compatível com os equipamentos de hardware, serviços de backup, softwares antivírus e antissequestro, softwares licenciados para uso comercial, firewall, proxy, dentre outros controles preventivos, detectivos e corretivos de segurança da informação. Para facilitar a governança desses ativos, esta serventia também possui inventário de ativos de hardware e software arquivados em sua sede.

Insta salientar, contudo, que nenhum sistema é completamente seguro. Conforme previsto na legislação, as medidas de segurança existentes consideram a natureza dos dados e de tratamento, os riscos envolvidos, a tecnologia existente e sua disponibilidade.

Os dados pessoais tratados serão acessados pelas pessoas autorizadas, à luz do que dispõe a legislação vigente, e capacitadas para lhes conferir o tratamento adequado, conforme medidas de segurança adequadas para a proteção contra acesso não autorizado, alteração, divulgação ou destruição de dados pessoais coletados e armazenados.

Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais, a ocorrência será comunicada ao Juiz Corregedor Permanente, à ANPD e ao titular, quando envolver risco ou dano relevante (art. 48 da LGPD).



A comunicação sobre a descrição da natureza, riscos, titulares envolvidos, medidas técnicas e de segurança utilizadas, risco e medidas adotadas para o tratamento do incidente, será feita conforme diretrizes e o prazos definidos pelas normas de regência.

13) INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA WEB

O Controlador responsável por ditar as diretrizes de tratamento é a tabeliã desta serventia. Todos os colaboradores são treinados para compreender a importância da privacidade e proteção. Tem-se o compromisso de cumprir a legislação de proteção de Dados, por meio da adoção de medidas de segurança da informação.

Esta serventia, visando garantir uma maior segurança quando no acesso do seu Website, sugere ao usuário que siga as seguintes precauções:

- Não responder nem clicar em links provenientes de e-mails desconhecidos;
- Não acessar sites suspeitos;
- Manter mecanismos de proteção ativos e atualizados, como antivírus e antimalware;

Data	03/09/2022	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		
Folha	16 de 16	LGPD POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE COOKIES		
Elaboração: Nome: Juliano Valadares Ass.:				Revisão: 04
Aprovação: Nome: Cristina Mundim Moraes Oliveira Ass.:				Data Revisão Jun/2026 Vigência Jun/2027
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		<input type="checkbox"/> Original <input type="checkbox"/> Cópia Nº ____	Cópia: <input type="checkbox"/> Controlada <input type="checkbox"/> Não Controlada	
Alterações: Rev. 01 – Sem alterações. Rev. 02 – Atualização da legislação; Rev. 03 – Sem alteração; Rev.04 – Provimento CNJ nº 213/26				

- Não instalar programas ou aplicativos de fontes estranhas ou ilegais

Independente das outras isenções e declarações elencadas na presente Política, o usuário, ao utilizar os serviços ofertados por esta serventia, declara-se ciente e concorda com as seguintes disposições:

- Esta serventia, bem como os seus parceiros, colaboradores e afins não poderão ser responsabilizados por fatos oriundos de atividades criminosas (e.g. ataque hacker), caso fortuito ou força maior.
- Esta serventia, bem como os seus parceiros, colaboradores e afins não poderão ser responsabilizados por quaisquer erros e/ou inconsistências na transmissão dos dados, bem como relacionados à qualidade ou disponibilidade da conexão de internet, capazes de obstar o adequado recebimento de informações;
- Esta serventia, bem como seus colaboradores e parceiros, não serão responsabilizados pelo uso do domínio eletrônico em discordância com as disposições elencadas nesta Política (e.g. imputação de dados, por parte de algum usuário, desatualizados, incompletos ou inverídicos);
- O usuário reconhece que incapacidade técnica e econômica de prevenção absoluta contra-ataques, invasões, vírus, vazamento e perda de dados ou outros atos ilícitos que porventura aconteçam no domínio eletrônico, isentando, assim, esta serventia e seus colaboradores, bem como os operadores e encarregados de qualquer dano, indireto ou direto, advindos desses infelizes eventos.

14) DA ATUALIZAÇÃO DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais poderá ser alterada a qualquer tempo caso haja necessidade. Por isso, recomenda-se que seja consultada com regularidade e verificada a data de modificação.

Se após a leitura desta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais restar qualquer dúvida ao usuário, ou por qualquer razão precisar se comunicar para assuntos envolvendo os seus dados pessoais, o contato poderá ser realizado por um dos e-mails dos encarregados:

Encarregado Interno (DPO): André Luis Cruz dos Santos

E-mail do Encarregado: encarregado.protestocamacari@gmail.com